

tágios inicial, médio e avançado de regeneração; de vegetação herbácea; e de áreas de reflorestamento; além de ocupações e atividades (chácaras, ocupações com infra-estrutura precária e áreas de bota-fora) que, em princípio, criam menores dificuldades para viabilizar esses projetos.

### **Faixas non aedificandi**

As faixas marginais e APPs em cursos d'água em Guarulhos encontram-se intensamente ocupadas, tanto por empreendimentos variados, como por moradias precárias e equipamentos públicos. Segundo estimativas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Guarulhos possui, aproximadamente, 300 km de rios e córregos, dos quais, apenas 1/3 de suas margens não estão ocupadas.

Essa ocupação é promovida por diferentes situações, como as de loteamentos oficialmente aprovados e clandestinos; de trechos de lotes, cujos proprietários não observaram a proteção dessas faixas; de equipamentos e infra-estruturas produzidas pelo poder público (escolas, avenidas de fundo de vale, canalizações de córregos etc.) e, ainda, de favelas.

Conforme descrito, a importância dessas áreas para amortecer cheias, preservar a qualidade das águas, manter o equilíbrio ambiental, facilitar a execução de serviços de limpeza do leito desses canais e permitir a implantação de coletores de esgoto. Porém, a restrição à ocupação dessa faixa marginal aos corpos d'água - de 15m na legislação federal de parcelamento do solo e de 30m, pelo Código Florestal - não tem sido cumprida na maior parte das cidades do país, o que contribui para o agravamento das enchentes e suas conseqüências, como a insalubridade. Esta situação se agrava ainda mais, quando esses locais, pela sua inadequação e insegurança, ficam disponíveis a baixo custo para ocupação por favelas, como mostra o Mapa de Favelas 2.5.3.c.

Atualmente, há perspectivas de se intervir nesses locais – considerados como Áreas de Preservação Permanente (APP) - para melhorar as condições de vida da população, sem que isso constitua infração ao Código Florestal. Essas possibilidades estão previstas na Resolução Conama 369/06, que permite realizar intervenções nessas áreas, dentro de determinadas condições. Dentre elas, destaca-se a necessidade de elaboração de estudos abrangentes para suas bacias e planos, destinados a assegurar seu desempenho ambiental e condições mínimas de saúde e segurança aos seus habitantes. Para permitir essas intervenções são exigidas políticas municipais integradas, envolvendo saneamento, drenagem, habitação, planejamento urbano, saúde, educação e meio ambiente, entre outras.

Aplicar essa Resolução implica na necessidade de requalificar as administrações municipais. Além disso, será necessário estabelecer um controle da expansão e do adensamento urbano extremamente rigoroso em cada bacia objeto de intervenção, não apenas para impedir o crescimento dos núcleos a serem regularizados, mas, principalmente, para que esses e os demais bairros da cidade não aumentem a impermeabilização do solo.

Assim, o que está sendo exigido por essa resolução é uma abordagem ampla e inovadora da bacia, na tentativa de reduzir os conflitos entre a ocupação de áreas vulneráveis à inundação e a proteção dos cursos d'água; diferentemente de práticas tradicionais, que apenas têm buscado o barateamento da oferta habitacional popular, através de sua localização em terrenos de mais baixo custo.

### **2.5.4 Aptidão física**

O Mapa de Aptidão física à ocupação de Áreas Urbanizadas 2.5.4. (ANDRADE, 2001, modificado) contém definições de áreas favoráveis e restritivas à ocupação, tanto do ponto de vista do meio físico, como legal (áreas protegidas), em diferentes estágios de urbanização. Além disso, identifica as zonas com características homogêneas quanto à maior ou menor propensão ao desenvolvimento de problemas geotécnicos, especialmente erosão, escorregamentos, assoreamentos e enchentes. (Tabela 2.5.4).

Um dos aspectos mais preocupantes no Município é a expansão dos usos e atividades urbanas nas áreas inadequadas para tal, tanto nos setores de relevo acidentado (Morros Baixos e Morros Altos), como nas várzeas e brejos das planícies aluvionares e mesmo nas áreas protegidas. Este quadro já é crítico e tende a se agravar se forem mantidas as atuais tendências de crescimento da cidade e de ocupação de seus vazios; o que também aponta para a necessidade de políticas para controlar a expansão urbana.